



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66935 - RN (2021/0222267-4)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : GLEIDSON RENE RODRIGUES MARINHEIRO  
**ADVOGADO** : ANTONIO CARLOS MAGALHAES E OUTRO(S) - RN012992  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto, com base no art. 105, inciso II, *b*, da Constituição Federal e art. 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil, por GLEIDSON RENE RODRIGUES MARINHEIRO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE que denegou o *writ*.

Alega o recorrente que "possui direito líquido e certo a ser intimado de todos os atos processuais, incluindo-se nesse rol, a intimação das precatórias" (fl. 110).

Sustenta que "o ato praticado pela autoridade impetrada de não intimar o advogado de defesa foi de certo desleal, em uma visão objetiva e deve ser considerado incurso em má-fé" (fl. 111).

Requer a reforma da decisão que denegou a segurança do *mandamus* para determinar a nulidade de "todos os atos praticados pela autoridade impetrada, a partir da expedição da carta precatória para a oitiva da testemunha" (fl. 114).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. O recorrente não comprovou o risco de dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – decretar a nulidade dos atos

praticados pela autoridade impetrada – confunde-se com o próprio mérito do recurso, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente